

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Jociano Coêlho de Souza, Universidad de Valladolid¹
Thelma Panerai Alves, Universidade Federal de Pernambuco²

RESUMO

Na modalidade de Educação a Distância se percebe que é absolutamente necessário um olhar especial para a importância da qualificação profissional do docente que está atuando no meio de tantas mudanças: espaços, tempos e relações professor-aluno-conteúdo-atividades-ambiente. Esse olhar é imprescindível para o processo de formulação de políticas públicas, visto que a oferta de cursos na modalidade a distância tem aumentado muito no país. Nesse sentido, o presente estudo teve o objetivo de analisar como a formação continuada dos professores da modalidade EaD está expressa no campo das políticas públicas de Educação a Distância. Para isso, analisamos os seguintes documentos que citam, de certa forma, a formação continuada em seus textos: a Lei 9.394 de 20/12/1996, os Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância e o Ofício Circular nº 12/DED/CAPES/Plano Articulado de Capacitação Continuada. No aporte teórico, apresentamos uma discussão sobre alguns conceitos da educação a distância, a partir de uma breve retrospectiva histórica, visando alcançar um olhar mais afinado sobre a evolução dos diferentes modelos de EaD. Para responder aos pontos suscitados pela pesquisa e alcançar o objetivo proposto, apoiamos nossa fundamentação teórica em autores como Nóvoa (1992; 1995; 1999; 2000; 2002), Tardif (2002), Gatti (2008;2003), Candau (1996), Almeida (1999), Marin (1995), Gómez (1992), Imbernón (2009; 2010), como também nos dispositivos legais como algumas resoluções e decretos que regulamentaram e orientaram a modalidade de Educação a distância no Brasil. No plano metodológico, podemos dizer que esse estudo é uma pesquisa documental com abordagem qualitativa de caráter exploratório. Os resultados apontaram para a predominância da concepção ligada a uma ideia de formação técnico-pedagógica, que surge como um processo realizado com o intuito de “capacitar” o docente para a utilização do ambiente virtual de aprendizagem, devendo ocorrer por meio da instrumentalização de ferramentas necessárias para o exercício da docência online.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Educação a Distância; Formação Continuada de Professores.

1 INTRODUÇÃO

Em tempos atuais, consideramos a existência das seguintes modalidades de Educação: a presencial e a distância. Usualmente utilizada nos cursos regulares, a modalidade presencial é aquela na qual os professores e os alunos encontram-se em uma mesma zona física, a que chamamos de sala de aula e na qual as suas relações se dão ao mesmo tempo. Já na educação

¹ Doutorando em Investigación Transdisciplinar en Educación pela Universidad de Valladolid - Espanha, Mestre em Educação Tecnológica – UFPE e Técnico em Assuntos Educacionais da UFPB. E-mail: jociano.coelho@alumnos.uva.es

² Doutora e Mestre em Inovação Educativa pela Universidad de Deusto – Espanha. Professora da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: tpanerai@gmail.com

a distância, os professores e os alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, além de ser uma modalidade que é efetivada através do intenso uso das tecnologias digitais (MORAN, 2009).

Nessa mesma direção, Moore e Kearsley (2007) referem-se à EaD como o aprendizado que ocorre em lugar diverso do professor e que demanda de técnicas especiais de planejamento, técnicas instrucionais, métodos especiais de comunicação, assim como de uma organização administrativa específica. Resumindo essa ideia, Moraes (2010) lembra que a EaD apresenta como elementos: o tempo do ensino e da aprendizagem; o ambiente, o espaço dessas atividades; o formato do público; a figura do professor; o formato dos materiais; e os procedimentos didáticos.

É importante registrar também que, com o surgimento da EAD, os professores começaram a assumir múltiplas funções, devido ao caráter complexo dos processos de ensino e de aprendizagem mediados pelas tecnologias digitais. Essas funções passam pela elaboração de conteúdo, design pedagógico, tutoria virtual, tutoria presencial, revisão de conteúdos até a assessoria linguística, entre outras funções.

Nesse sentido, o principal papel do docente não pode ser resumido à difusão de conhecimentos feita mediante artefatos tecnológicos. Surge uma nova maneira de incentivar a aprendizagem e refletir sobre o conhecimento, que utiliza as potencialidades da tecnologia e que pode invocar à participação ativa na cibercultura.

Nessa necessidade de formação que surge com as demandas docentes da modalidade EaD, os propositores de ações continuadas devem ter em conta que a EaD possui peculiaridades não somente por conta dos seus diferentes formatos ou modelos, mas, especialmente, pela necessidade de um acompanhamento significativo dos seus sujeitos, em especial dos professores. E, para ser significativo, esse acompanhamento não deve ser ligado apenas às concepções de domínio dos aparatos tecnológicos, pois esses cursos também requerem de seres autônomos, críticos e reflexivos. Assim, podemos concluir que não basta possuir um ambiente virtual de aprendizagem que funcione bem com as potencialidades das suas ferramentas sem uma proposta pedagógica sustentável a partir de aportes epistemológicos e pedagógicos.

Conseqüentemente, como atores sociais que desempenham diversos papéis de transformação, os professores tiveram que acompanhar as referidas mudanças globais e, nesse contexto, a formação continuada se apresentou como um importante processo em favor do preparo dos docentes, para muni-los de conhecimentos e habilidades que lhes permitam analisar criticamente suas práticas e aprimorar sua atuação. Assim, a formação continuada de

professores existe com o intuito de acompanhar as mudanças existentes e de favorecer o aprofundamento dos docentes em seu conhecimento e na análise de suas práticas.

Na atualidade, é possível observar que existem políticas de formação continuada de professores cuja linha de atuação é a de acompanhar as mudanças estruturais vigentes, a fim de contribuir para uma valorização dos profissionais da educação, na procura pelo aumento da qualidade de ensino e da melhoria das políticas educacionais. Porém, há a necessidade de os órgãos e as políticas públicas levarem em consideração as práticas existentes; as divergências de caráter político, econômico e cultural; e as soluções para recriar os saberes e as identidades profissionais docentes. O planejamento de políticas públicas para educação deve ser contínuo e baseado na própria prática do professor, que deve ser ouvido em seus anseios sobre essa prática.

Na modalidade de Educação a Distância não é diferente. Percebemos que é absolutamente necessário um olhar especial para a importância da qualificação profissional do docente que está atuando no meio de tantas mudanças: espaços, tempos e relações professor-aluno-conteúdo-atividades- ambiente. Esse olhar é imprescindível para o processo de formulação de políticas públicas, visto que a oferta de cursos na modalidade a distância tem aumentado muito no país. Assim, devido a sua importância, as instituições precisam formular programas adequados e contextualizados de inserção e acompanhamento da formação continuada dos professores que atuam no ensino online.

A relação entre formação continuada de professores e Educação a Distância exige este olhar mais cuidadoso já que esta é uma modalidade de ensino relativamente recente e muitos dos docentes que ingressaram nesse campo não tiveram a oportunidade de vivenciar uma formação inicial na área.

Portanto, ao oferecer cursos na modalidade a distância, é indispensável que as instituições invistam no desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para uma boa atuação do professor no ensino online.

Essa atuação exige do docente um perfil diferenciado do ensino presencial, visto que o ambiente online tem características e potencialidades próprias. Portanto, é necessária, inicialmente, uma base pedagógica e metodológica específica para EaD, isto é, um perfil dotado de habilidades e competências que atendam as especificidades desta modalidade de ensino, como por exemplo, o uso e o domínio das TDICs (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) e a aptidão em potencializar a interação das TDICs com a área da educação na intenção de aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem.

Diante dessa situação, o objetivo do estudo foi analisar como a formação continuada dos professores da modalidade EaD está expressa no campo das políticas públicas institucionais marcada pelos documentos oficiais existentes.

2 METODOLOGIA

Ao pensarmos no percurso metodológico de uma pesquisa, convergimos para a ideia de caminho ou de uma trilha que nos leve a um cenário final. Porém, para se chegar a esse lugar final, podem surgir vários outros caminhos.

Para Gil (2002), um bom pesquisador necessita, além do conhecimento do objeto, ter curiosidade, criatividade, integridade intelectual e sensibilidade social, além de uma metodologia bem concretizada para a compreensão do fenômeno investigativo.

No nosso estudo, optamos por uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. A abordagem qualitativa para esta pesquisa tem base em Triviños (1987), pois afirma que, quando se pretende investigar temáticas na educação, permite o confronto de distintas perspectivas para entender o real. Nesse mesmo sentido, Pádua (2004) diz que a pesquisa qualitativa tem a preocupação com o significado dos fenômenos e com os processos sociais, resgatando as crenças, os valores, as motivações e as representações sociais que permeiam a rede de relações na sociedade.

Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa documental na esfera das legislações, portarias e decretos. Esse tipo de pesquisa de acordo com Gil (2002, p.62-3), apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados” e não provoca elevados gastos, não estabelece contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32)

No percurso, também foi realizada a revisão da literatura para fundamentar e discutir a pesquisa, contextualizando-a com outros estudos já realizados que permitiram sistematizar, interpretar e fundamentar os resultados obtidos. Na pesquisa bibliográfica, buscamos, então, realizar uma revisão na literatura existente sobre as concepções docentes de formação continuada e as políticas públicas que orientam a EaD no Brasil, em especial, aquelas

relacionadas à formação continuada dos professores atuantes nos cursos superiores. Essa pesquisa foi realizada em livros, revistas científicas, periódicos, jornais, artigos, monografias, dissertações e teses.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para identificar a respectivas concepções, utilizamos a categoria concepção de formação continuada e as subcategorias: técnico-pedagógica, processos reflexivos e atualização pedagógica.

Na LDB 9.394/96 encontramos algumas referências contraditórias sobre a formação continuada de professores. Na Lei, existem quatro artigos nos quais aparecem um certo tipo de formação que se assemelha à formação continuada: os artigos 61 e 67 do Título VI - dos profissionais da educação-, o artigo 80 do Título VIII - das Disposições Gerais- e o artigo 87, parágrafos 3º e 4º - das Disposições Transitórias-. Porém, o mais interessante é que em nenhum desses artigos aparece o termo “formação continuada de professores”, termo, como estudiosos da área defendem, mais correto quando se fala em formação humana de professores. Apesar disso, para designar a formação cada artigo usa um termo diferente: capacitação em serviço (art. 61), aperfeiçoamento profissional continuado (art. 67), educação continuada (ensino a distância, art. 80) e treinamento em serviço (art. 87).

Mesmo assim, para esse documento norteador, a formação continuada é entendida como um direito de todos os profissionais que trabalham em qualquer estabelecimento de ensino, deixando claro que esse tipo de formação não só possibilita a progressão funcional, baseada na titulação e qualificação, mas também possibilita uma formação continuada baseada na articulação entre os professores, o estabelecimento e os seus projetos.

Em relação aos Referenciais de Qualidade para Educação a Distância pudemos notar que eles não exploram especificamente a formação continuada dos professores da EaD como um requisito para melhoria da qualidade dos cursos EaD. Portanto, o que encontramos foi apenas uma orientação de que a instituição deve indicar uma política de capacitação e atualização permanente destes profissionais, o que nos leva a apontar que, pela unidade de registro, o documento reporta a formação continuada como sinônimo de capacitação e atualização, isto é, poderíamos observar duas concepções (técnico-pedagógica e atualização pedagógica) o que faria situá-la entre o modelo da racionalidade técnica e da racionalidade prática. Esse resultado faz-nos refletir sobre essa lacuna que é deixada por um documento tão importante já que ele é norteador para subsidiar os atos legais do poder público no que se

referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada (SED-MEC, 2007).

No Ofício Circular nº 12/2011 DED/CAPES (Plano Articulado de Capacitação), documento que orienta o processo de “capacitação” dos profissionais da EaD vinculados à UAB, a formação continuada dos professores da EaD prontamente é vista como um conjunto de cursos cujos conteúdos e metodologias proporcionam conhecimentos efetivos à qualificação dos profissionais dedicados aos projetos/cursos do Sistema UAB. Pela concepção exposta, pudemos observar que esse documento traz consigo uma concepção aos moldes da racionalidade técnica (SCHÖN, 2000), isto é, dentro da concepção técnico-pedagógica essas ideias de formação continuada estão contidas no processo histórico desse processo, pois, em certo momento, a formação continuada de professores era tida tanto como um conjunto de cursos que eram realizados após a graduação, como a realização de capacitações que eram concretizadas após o ingresso na carreira docente.

5 CONCLUSÕES

Diante das análises, foi possível perceber que nos documentos elencados, os quais de alguma maneira deveriam propor ou orientar a formação continuada de professores da modalidade de Educação a Distância, podemos constatar que a concepção de formação continuada que prevalece neles é a *técnico-pedagógica*.

Deste modo, quando esses documentos assumem uma postura de orientação ou de regulamentação da formação continuada, acabam concebendo a formação continuada como um processo que é realizado com o intuito de “capacitar” o docente para a utilização do ambiente virtual de aprendizagem que deve ocorrer por meio da instrumentalização de ferramentas necessárias para o exercício da docência online. Desse modo, orientadas pela racionalidade técnica, essas concepções investem na universalidade dos objetos que são operados no espaço-tempo da formação e na neutralidade dos sujeitos participantes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

_____. Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. **Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 fev. 1998.

_____. Decreto n. 2.561, de 27 de abril de 1998. **Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1998.

_____. **Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil**. 2006. Disponível em:<
<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5800.pdf>>. Acesso em: 06 jan de 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. (Lei Darcy Ribeiro) e legislação correlata. São Paulo: EDIPRO,1997.

_____. **Lei nº 11.273/2006, autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica**. Portaria Conjunta nº 2, de 22 de julho de 2014. Disponível em:
<http://www.capes.gov.br/uab>. Acessado em: 22abr. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005**. Acesso em: 19 Set. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº . 5.800/2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2006.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância Versão Preliminar**. Brasília. 2007. Disponível em:. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. **Resolução nº 1, de 11 de março de 2016 – Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância**. Acesso em: 25 abril 2016.

CASTRO, E.; SANTOS, E. O. Da tutoria reativa à docência online: um caminho formativo. In: I Simpósio Regional de Educação/Comunicação. 1.2010, Aracaju. **Anais...** Aracaju, 2010.

DEMAILLY, L. C. **Modelos de formação contínua e estratégias de mudança**. In: NÓVOA, A. Os professores e sua formação. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional, 1992.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (DED) /COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Chamada para**

proposição de termos de referencia/ plano anal de capacitação continuada – PACC 2013/ sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMEZ A. P. **O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo.** In: Os professores e sua formação. NÓVIA, António (org.). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, p. 93-114.

LIMA, Maria Conceição Alves de. EaD no Brasil - Educação ou “engessamento” a Distância? Algumas considerações sobre as políticas e as práticas oficiais de EaD no Brasil. In: Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2016. *Anais...* São Carlos, 2016.

MARIN, Alda. **Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções.** In: Cadernos CEDES, nº 36. Campinas, Papirus: CEDES: 1995.

MOORE, M. KEARSLEY, G. **A Educação a Distância: uma visão integrada.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAES, Reginaldo C. **Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico.** São Paulo: Senac, 2010.

MORAN, J. M. **O que é Educação a Distância.** Universidade de São Paulo. 2009.

MOREIRA, H. A formação continuada do professor: as limitações dos modelos atuais. **Revista Comunicações**, ano 10, n. 1, jun, 2003.

NETO, João Ferreira da Silva. **Concepções sobre a Formação Continuada de Professores de Matemática em Alagoas.** 2012. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2012.

NÓVOA, António. **Concepções e práticas de formação contínua de professores.** In: TAVARES, José (Org.). Formação contínua de professores: realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

PÁDUA, E.M.M. de. **Metodologia da pesquisa – abordagem teórico-prática.** 10. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

PIMENTEL, Nara Maria. **Educação aberta e a distância: análise das políticas públicas e da implementação da educação a distância no ensino superior do Brasil a partir das experiências da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Aberta de Portugal.** 193 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PRADA, Luis Eduardo Alvarada. **Formação participativa de docentes em serviço.** Taubaté. Cabral Editora Universitária, 1997.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Tradução de: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SCHÖN, Donald. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, Antonio. Os professores sua formação. Lisboa: D. Quixote, 1992. p. 81-91.

TRIVIÑOS, A.N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UAB/CAPES. **Portal Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em:
<http://www.capes.gov.br/uab>. Acesso em 16 de Janeiro de 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Guia de orientações básicas sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil**. Brasília, Editora Sinergia, 2013.